



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0008903-24.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Cardinali Turismo Eventos e Recreações Ltda Me**
 Requerido: **Empresa Brasileira de Telecomunicações Embratel Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora questiona sua inserção junto a órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré, alegando que ela foi irregular porque não havia justificativa para sua verificação.

Almeja ao recebimento de indenizações para reparação de danos materiais e morais que teria suportado.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada pela ré em contestação, bem como o pedido para inclusão como litisconsorte necessária da empresa TIM, encerram questões que serão apreciadas com o mérito da causa.

Já a preliminar de ilegitimidade do coautor **FABRIZIO FLORENZANO CARDINALI** não merece acolhimento porque ele na verdade não figura no polo ativo da relação processual.

Como ressalvado a fl. 89, item 1, a ação foi ajuizada somente em nome da empresa **CARDINALI TURISMO, EVENTOS E RECREAÇÕES LTDA. – ME**, não tendo o seu representante em momento algum postulado em nome próprio direito seu.

Assim fixada a relação processual, rejeito a prejudicial arguida.

No mérito, é certo que a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente que a autora fosse sua devedora.

Na esteira da contestação, o débito da autora seria “decorrente de ligações realizadas através do código 21, e após pesquisa realizada pela empresa ré verificou que os terminais telefônicos que deram origem à negativação pertence à *corré TIM* (doc. 04 e 05)” (fl. 55, segundo parágrafo).

Todavia, os documentos aludidos (fls. 72/73) foram confeccionados unilateralmente e não firmam por si sós a convicção de que a autora se valeu de serviços que justificassem a existência da dívida proclamada.

Isso denota que a negativação da autora foi irregular, inexistindo lastro sólido que a amparasse.

Já a tentativa da ré em eximir-se da responsabilidade do episódio, atribuindo-a a outra operadora, não vinga, a exemplo do pedido para que essa ingressasse no processo como sua litisconsorte necessária.

Na realidade, o que motivou a propositura da ação foi a inscrição da autora perante órgãos de proteção ao crédito, sendo incontroverso que quem a promoveu foi a **ré** (cf. fls. 19 e 33/35).

Se ela assumiu o risco de assim agir com fulcro em informações que lhe foram transmitidas por terceiro, haverá de arcar com as consequências daí decorrentes, sem prejuízo – à evidência – de no futuro voltar-se regressivamente contra quem tenha como responsável por esse ato.

Por outras palavras, a pretensão da autora está fundamentada em fato perpetrado pela ré, cingindo-se a ambas a relação jurídica aí estabelecida e que não poderá ser afetada de atos de terceiros que dela não participaram.

Nem se diga que haveria litisconsórcio passivo necessário entre a ré e a outra operadora declinada, pois o autor não possui liame com a mesma que impusesse sua inclusão no processo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assentadas essas premissas, resta saber se a autora faz jus ao recebimento das indenizações pleiteadas.

A primeira atina aos danos materiais, mas não há nos autos nenhum dado concreto que estabeleça a certeza dos prejuízos financeiros na extensão fixada.

Os documentos de fls. 21 e 26 atestam que a autora deixou de ser cadastrada por outras empresas, o que não lhe permitiu a realização de negócios a elas relativos.

Entretanto, isso não comprova o prejuízo reclamado no patamar de R\$ 10.000,00, até porque não se sabe se a autora, uma vez cadastrada, firmaria transações nesse montante.

Ela não amealhou dados concretos a propósito de sua movimentação antes e depois da negatificação em apreço para estabelecer com a indispensável segurança o dano cujo ressarcimento seria de rigor.

Assim, o pleito exordial não se acolhe no particular.

De igual modo, a autora não comprovou o abalo em sua imagem a partir dos fatos trazidos à colação, o que seria imprescindível para fazer jus à indenização por danos morais.

Orienta-se nessa direção a jurisprudência:

*“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).*

No mesmo sentido: Apelação nº 123816-35.2008.8.26.0100.

Ora, como comprovação dessa natureza não foi feita concretamente pela autora, seu pedido no particular deve ser refutado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA